



BREVE FACIAM

TRT DA 3ª REGIÃO (MG)
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO, NORMALIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

⚡ Antes de imprimir este e-mail pense em sua responsabilidade e compromisso com o MEIO AMBIENTE
Economizar água e energia é URGENTE!

ANO XVI

n. 23

03/07/2015

“Aprendi o silêncio com os faladores, a tolerância com os intolerantes, a bondade com os maldosos; e, por estranho que pareça, sou grato a esses professores”. (*Khalil Gibran*)

JURISPRUDÊNCIA

EMENTA: CONSÓRCIO DE EMPREGADORES DOMÉSTICOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. O consórcio de empregadores domésticos impõe aos seus participantes a responsabilidade solidária por eventuais créditos devidos ao empregado, ainda que a anotação da CTPS deva ser efetivada por apenas um dos membros. No escólio de Vólia Bonfim Cassar: "O consórcio de empregador doméstico pode ocorrer quando duas ou mais unidades distintas (ou unidades similares), ajustarem contratar a mesma doméstica para dividirem encargos trabalhistas, bem como a prestação laboral. Cada unidade comanda os serviços com liberdade e independência da outra. [...] Todavia, como o consórcio não tem personalidade jurídica, uma pessoa física escolhida dentre os membros dele ficará responsável pela assinatura da CTPS, mas todos os tomadores de serviços serão solidários nas obrigações trabalhistas, já que são empregadores reais. Na verdade, nesse exemplo as famílias poderiam optar por dois vínculos, um com cada tomador. [...] Convém ressaltar, porém, que seja a família ou o consórcio, apenas uma pessoa vai assinar a carteira. Demandado em juízo apenas um cônjuge ou amigo, o outro poderá representar o réu demandado como corresponsável, sem necessidade de carta de preposição, por também ser considerado empregador..." (Direito do Trabalho. 4ª Ed. Niterói: *Impetus*, 2010, p. 350/351-destaquei). (TRT da 3ª Região - 9ª Turma - Processo n. RO-0000211-82.2014.5.03.0019 - Relator: Juiz Convocado Ricardo Marcelo Silva - Disponibilização: DEJT/TRT3/Cad.Jud. 23/06/2015, p.309 - publicação: 24/06/2015).

LEGISLAÇÃO

DISPOSITIVOS LEGAIS (Esfera Federal)

LEI n. 13.138, DE 26/06/2015 – DOU 29/06/2015.

Altera o art. 19 do Regulamento a que se refere o Decreto n. 21.981, de 19/10/1932, que regula a profissão de Leiloeiro no território da República, para incluir como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou público pregão por meio da rede mundial de computadores.

LEI n. 13.140, DE 26/06/2015 – DOU 29/06/2015.

Dispõe sobre a mediação entre particulares como forma de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei n. 9.469, de 10/07/1997, e o Decreto n. 70.235, de 06/03/1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei n. 9.469, de 10/07/1997.

PORTARIA MET/SRT n. 12, DE 26/06/2015 – DOU 29/06/2015.

Aprova o enunciado n. 65.

PORTARIA MTE/GM n. 882, DE 1º/07/2015 – DOU 02/07/2015.

Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora (NR) n. 28.

ATOS DE ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

RESOLUÇÃO ENAMAT n. 18, DE 29/06/2015 – DEJT/ENAMAT 30/06/2015.

Regulamenta e atualiza as competências dos Magistrados do Trabalho a serem adquiridas e desenvolvidas pelos Alunos-Juizes nos Módulos Nacional e Regional dos Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada.

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 9, DE 29/04/2015 – DEJT/TRT3 02/07/2015.

(*Republicação)

Dispõe sobre os procedimentos internos de tramitação do Incidente de Uniformização de Jurisprudência e de afetação pelo rito repetitivo, de que trata a Lei n. 13.015/2014, no âmbito do TRT da 3ª Região.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT3/STPOE n. 143, DE 18/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Resolve aprovar a Resolução n. 19/2015 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT3/STPOE n. 144, DE 18/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Resolve aprovar a Resolução n. 17/2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA TRT3/STPOE n. 145, DE 18/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Resolve aprovar a Resolução n. 18/2015.

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 16, DE 16/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Dispõe sobre a competência da Central de Conciliação de 2º grau do TRT da 3ª Região, especifica as atribuições dos servidores conciliadores e dá outras providências.

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 17, DE 18/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Dispõe sobre a alteração da vinculação e do quadro de pessoal e de funções comissionadas da Central de Conciliação de 1º Grau e dá outras providências.

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 18, DE 18/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Dispõe sobre a revisão das Resoluções GP n. 1 e 2/2014, alterando a estrutura administrativa das VT com movimentação processual de 2001 a 2500 processos/ano (sem Foro) e de 1001 a 1500 processos/ano (com Foro e sem redistribuição de processos).

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 19, DE 18/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Dispõe sobre a unificação das Bibliotecas Juiz Cândido Gomes de Freitas e Juiz Osiris Rocha; o remanejamento da Seção de Aperfeiçoamento, Integração e Ensino para a Secretaria da Escola Judicial; o remanejamento da Seção da Gráfica para Secretaria de Material e Logística, bem como corrige erro material do artigo 113 da Resolução n. 8/2014, de 18/12/2014 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 20, DE 19/06/2015 – DEJT/TRT3 29/06/2015.

Redefine a competência e altera a estrutura administrativa da Central de Conciliação de 1º Grau instalada pela Portaria n. 840, de 04/05/2012, modificada pela Ordem de Serviço n. 1, de 19/07/2013 e pela Resolução n. 8, de 18/12/2014, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 21, DE 1º/07/2015 – DEJT/TRT3 02/07/2015.

Acrescenta o art. 13-A à Resolução GP n. 9, de 29/04/2015, que dispõe sobre os procedimentos internos de tramitação do Incidente de Uniformização de Jurisprudência e de afetação pelo rito repetitivo, de que trata a Lei n. 13.015/2014, no âmbito do TRT da 3ª Região.

PORTARIA TRT3/2ª TURMA n. 1, DE 25/06/2015 – DEJT/TRT3 26/06/2015.

Dispõe sobre o adiamento da Sessão Ordinária da 2ª Turma, agendada para o dia 30/06/2015, em virtude da adesão substancial de servidores desta à greve dos servidores do Poder Judiciário Federal.

PORTARIA TRT3/GDCMVF n. 1, DE 25/06/2015 – DEJT/TRT3 26/06/2015.

Dispõe sobre a greve dos servidores públicos do Judiciário Federal no âmbito do Gabinete 273, da Des. Cristiana Maria Valadares Fenelon, deflagrada em junho de 2015.

PORTARIA TRT3/FORO DE CORONEL FABRICIANO n. 01, DE 20/05/2015 – DEJT/TRT3 26/06/2015.

Dispõe sobre o procedimento para fornecimento de peças físicas destinadas ao Processo Judicial Eletrônico.

PORTARIA TRT3/4ª VT DE CORONEL FABRICIANO n. 03, DE 1º/07/2015 --
DEJT/TRT3 02/07/2015.

Regulamenta os serviços prestados durante a greve dos servidores.

PORTARIA TRT3/4ª VT DE CORONEL FABRICIANO n. 4, DE 1º/07/2015 -
DEJT/TRT3 02/07/2015.

Regulamenta a guarda e movimentação dos documentos físicos a partir da implantação do sistema PJe.

PORTARIA TRT3/VT ITURAMA n. 03, DE JUNHO DE 2015 - DEJT/TRT3
26/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais na VT Iturama, em razão do movimento grevista dos (as) servidores (as).

PORTARIA TRT3/FORO DE POUSO ALEGRE n. 03, DE 19/06/2015 - DEJT/TRT3
26/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços no Foro Trabalhista de Pouso Alegre durante a greve dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal, deflagrada no período de 22 a 30/06/2015, e dá outras providências.

PORTARIA TRT3/33ª VT BELO HORIZONTE n. 01, DE 22/06/2015 - DEJT/TRT3
01/07/2015.

Regulamenta os serviços prestados durante a greve dos servidores.

PORTARIA TRT3/VT DE CAXAMBU n. 2, DE 25/06/2015 - DEJT/TRT3
26/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais na VT de Caxambu em razão do movimento grevista dos (as) servidores(as).

PORTARIA TRT3/1ª VT DE PEDRO LEOPOLDO n. 02, DE 26/06/2015 -
DEJT/TRT3 29/06/2015.

Resolve prorrogar a vigência da Portaria n. 001/2015, 1ª VT de Pedro Leopoldo, até o dia 30/06/2015.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE PEDRO LEOPOLDO n. 02, DE 29/06/2015 -
DEJT/TRT3 30/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais na 2ª VT de Pedro Leopoldo, em razão do movimento grevista dos (as) servidores (as).

PORTARIA TRT3/VT DE PONTE NOVA n. 02, DE 30/06/2015 - DEJT/TRT3
01/07/2015.

Prorroga a vigência da Portaria 01/2015, que regulamenta a prestação de serviços na VT de Ponte Nova-MG durante a greve dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal, deflagrada a partir de 25/06/2015 e dá outras providências.

PORTARIA TRT3/FORO DE BELO HORIZONTE n. 02, DE 1º/07/2015 -
DEJT/TRT3 02/07/2015.

Dispõe sobre a revogação da Portaria Conjunta n. 01 do Foro e das VT de Belo Horizonte decorrente da greve dos servidores.

PORTARIA TRT3/33ª VT DE BELO HORIZONTE-MG n. 02, DE 1º/07/2015 -
DEJT/TRT3 02/07/2015.

Prorroga a Portaria n. 01, de 22/06/ 2015.

PORTARIA TRT3/VT DE MONTE AZUL n. 01, DE 22/06/2015 - DEJT/TRT3
02/07/2015.

Regulamenta os serviços prestados durante a greve dos servidores.

PORTARIA TRT3/VT DE MONTE AZUL n. 02, DE 1º/07/2015 - DEJT/TRT3
02/07/2015.

Resolve prorrogar os efeitos da Portaria 01/2015 deste Juízo até o dia 02.07.2015.

PORTARIA TRT3/1ª VT DE PEDRO LEOPOLDO n. 03, DE 1º/07/2015 -
DEJT/TRT3 02/07/2015.

Regulamenta os serviços prestados durante a greve dos servidores.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE PEDRO LEOPOLDO n. 03, DE 1º/07/2015 -
DEJT/TRT3 02/07/2015.

Regulamenta os serviços prestados durante a greve dos servidores.

PORTARIA TRT3/VT DE BOM DESPACHO n. 02, DE 1º/07/2015 - DEJT/TRT3
02/07/2015.

Regulamenta os serviços prestados durante a greve dos servidores.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO E VTs DE ITUIUTABA n. 02, DE 1º/07/2015
- DEJT/TRT3 02/07/2015.

Dispõe sobre a suspensão dos prazos no Foro e nas VT de Ituiutaba decorrente da greve dos servidores.

PORTARIA TRT3/1ª VT DE POUZO ALEGRE n. 04, DE 1º/07/2015 – DEJT/TRT3
02/07/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na 1ª VT de Pouso Alegre devido à prorrogação a greve dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal, e dá outras providências.

Secretária de Documentação, Normalização, Legislação e Jurisprudência:

Isabela Freitas Moreira Pinto

Atendimento e Divulgação: Maria Thereza Silva de Andrade

Colaboração: servidores da SEDOC